

OPINIÃO SOCIALISTA

Pág. 32 a 36

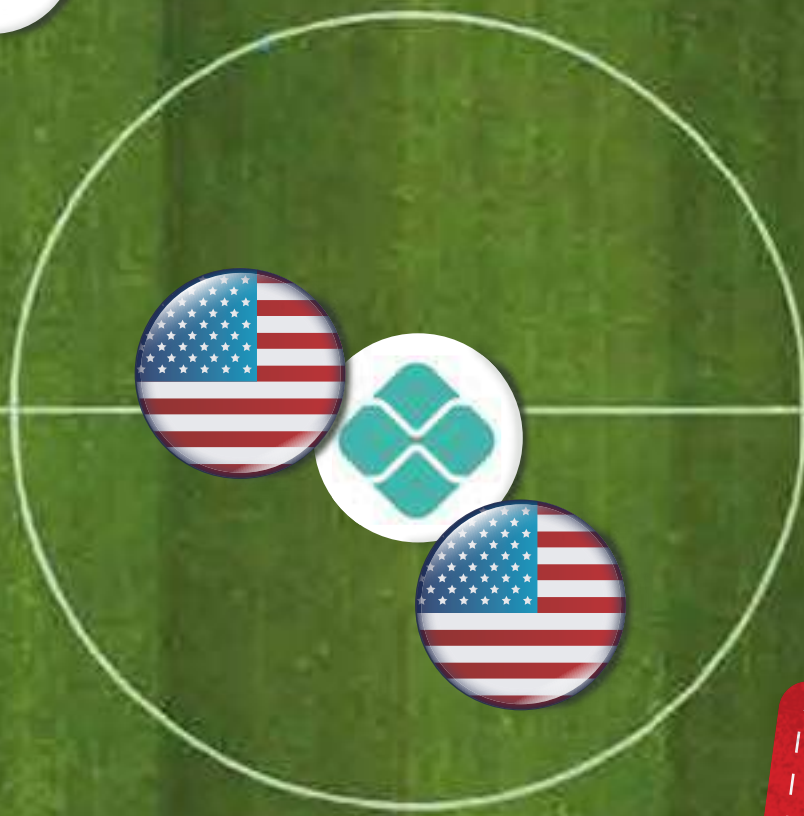
**FIM DA ESCALA
6X1. VITÓRIA
PARCIAL, LUTA
ABERTA:**

**SE O SENADO SABOTAR,
O BRASIL TEM QUE PARAR**



Pág. 49 a 52

**IRÃ: TRUMP
FRACASSA E FAZ
ACORDO PARA
REABRIR
ESTREITO DE
ORMUZ**



Pág. 12 a 19

**COLOCAR A
CLASSE TRABALHADORA
EM CAMPO EM DEFESA
DE UMA VERDADEIRA
SOBERANIA**

**FORA TRUMP
DO BRASIL**



**LULA, APLIQUE A LEI DA RECIPROCIDADE
CONTRA O TARIFAÇO DE TRUMP JÁ!**



O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 6

NOTAS

Nova gestão do Theatro Municipal quer tirar “grupos marginalizados” do palco para colocá-los na plateia
Um novo e sombrio marco para a humanidade

Pág. 7 a 11

EDITORIAL

**POR QUE A SOBERANIA
NACIONAL É IMPORTANTE
PARA OS TRABALHADORES?**

Pág. 12 a 19

CENTRAIS

**NO JOGO PELA SOBERANIA,
O BRASIL ESTÁ PERDENDO DE
GOLEADA**

Pág. 20 a 23

MUNDO

NÃO É APENAS SOBRE O HEXA

Pág. 24 a 27

NACIONAL

**QUATRO MENTIRAS DA DIREITA
SOBRE A REDUÇÃO DA
MAIORIDADE PENAL**

Pág. 28 a 31

PARTIDO

**32 ANOS SEM JUSTIÇA PARA
ROSA E ZÉ LUÍS SUNDERMANN,
MILITANTES DO PSTU**

Pág. 32 a 36

NACIONAL

**VITÓRIA PARCIAL, LUTA ABERTA:
SE O SENADO SABOTAR, O
BRASIL TEM QUE PARAR**

Pág. 37 a 40

MEIO AMBIENTE

**DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE:
PROJETO COLAPSO**

Pág. 41 a 44

NACIONAL

**BANCADA DO AGRO NO SENADO
PASSA A BOIADA NO DINHEIRO
PÚBLICO DE ÁREAS SOCIAIS**

Pág. 45 a 48

MUNDO

**REBELIÃO COLOCA EM XEQUE O
GOVERNO DE RODRIGO PAZ**

Pág. 49 a 52

MUNDO

**TRUMP FRACASSA E FAZ ACORDO
PARA REABRIR ESTREITO DE ORMUZ**

Pág. 53 a 60

LGBTI+

**WILSON HONÓRIO: O VERMELHO
MAIS QUENTE DO ARCO-ÍRIS**

Pág. 61 a 65

PARTIDO

**PRÉ-CAMPANHA PERCORRE TRÊS
CAPITAIS DEFENDENDO
PROGRAMA SOCIALISTA**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

SÃO PAULO

Nova gestão do Theatro Municipal quer tirar “grupos marginalizados” do palco para colocá-los na plateia



Theatro Municipal de São Paulo

A nova organização social contratada pela prefeitura de São Paulo, do bolsonarista Ricardo Nunes (MDB-SP), para assumir a gestão do Theatro Municipal iniciou suas atividades com um compromisso: tirar negros, indígenas e LGBTIs do palco e colocá-los na plateia.

“Eu penso que você, para estar próximo desses grupos marginalizados, não precisa colocá-los necessariamente no palco, você pode abrir espaço para eles dentro da própria plateia”, afirmou ao jornal Folha de S.Paulo Edilson Ventureli, diretor-executivo do Instituto Baccarelli, que assumiu a gestão do teatro.

Foi uma referência explícita às administrações anteriores que sofreram severas críticas de

setores conservadores por realizarem montagens que, mesmo que de forma tímida, trouxeram menções a grupos oprimidos. Exemplo disso foi a montagem de O Guarani, de Carlos Gomes, que teve concepção de Ailton Krenak e levou ao palco representantes de grupos indígenas. Outro exemplo, também criticado, foi o Concurso Joaquina Lapinha, dedicado a cantoras e cantores líricos racializados.

O representante do Instituto Baccarelli assegura, porém, que as próximas temporadas “não terão nada de político ou identitário”. Só para se ter uma ideia do que vem por aí, a organização tem como superintendente ninguém menos que Hélio Ferraz, ex-secretário especial da Cultura do governo Bolsonaro.

O contrato da empresa é de R\$ 663 milhões e expõe dois problemas: a privatização dos serviços e equipamentos públicos por meio das OSs e, de forma descarada, o avanço do conservadorismo bolsonarista na Cultura, que propõe com todas as letras tirar negros, LGBTIs, indígenas do palco para restringi-los à plateia.

TRILIONÁRIO

Um novo e sombrio marco para a humanidade

No último dia 12 o mundo foi surpreendido com um fato inédito. Não foi a cura do câncer ou a redução das desigualdades sociais. Foi o primeiro trilionário da história. Elon Musk, que construiu sua fortuna com empresas apoiadas, financiadas e subsidiadas por governos, principalmente o dos

EUA, atingiu a marca com a estreia da SpaceX na Nasdaq, a bolsa de tecnologia dos EUA. Contrariando seu discurso meritocrático, Musk cresceu numa família rica, com recursos da exploração de pedras preciosas que beneficiou seu pai no Zâmbia.

A fortuna atual de Elon Musk é avaliada em US\$ 1,1 trilhão. Para efeito de comparação, se uma pessoa recebesse US\$ 1 milhão por mês, levaria cerca de 83 mil anos para acumular uma riqueza equivalente à de Musk. Essa fortuna corresponde à riqueza de quase metade da população mais pobre do planeta e escancara o caráter desigual e perverso do capitalismo.■



Elon Musk. Fonte: Reprodução

Por que a soberania nacional é importante para os trabalhadores?



Donald Trump e Lula

A extrema direita bolsonarista é um cachorrinho de Trump. São traidores da pátria. Articularam os ataques que prejudicam todo o país. São defensores e promotores abertos da subserviência do Brasil aos EUA. Para eles, se Trump atacar com bombas as favelas no Rio, melhor. Se o Brasil virasse um estado dos Estados Unidos, comemorariam.

Lula, por outro lado, critica as ameaças de Trump e diz que defende a soberania. Mas aqui há um problema. Trump não está apenas ameaçando, ele já tomou uma série de ações concretas contra a soberania brasileira. E Lula não tomou nenhuma medida de reciprocidade contra os ataques de Trump. É preciso enfrentar o tarifaço dos EUA com tarifaço também. Avançar com proibição de remessa de lucros ao exterior e controle de capitais,

até a tomada das multinacionais dos EUA aqui instaladas.

TRUMP QUER APROFUNDAR A DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

O novo tarifaço, a definição das facções como terroristas, o ataque ao Pix e a verborragia intervencionista com ameaças ao Brasil são parte de uma estratégia imperialista contra o Brasil. Trump vem atacando o país, fazendo tudo o que pode para interferir nas eleições, numa tentativa de favorecer seu candidato, Flávio Bolsonaro.

Não é apenas isso. A relação entre país imperialista e país dominado é sempre marcada por uma profunda exploração e espoliação econômica. É isso que Trump quer e precisa aprofundar. Tornar o Brasil ainda mais dependente dos EUA, ampliar o poder dos monopólios capitalistas estadunidenses, tomar mais riquezas naturais e explorar ainda mais o povo brasileiro, combinado com a necessidade de ganhar a disputa por lucros e hegemonia contra o novo imperialismo emergente da China.

O QUE É SOBERANIA?

Os EUA precisam tomar as terras raras do Brasil por conta da disputa com a China. Lula, apesar do discurso, aprovou no Congresso Nacional uma lei para garantir melhores condições às empresas estadunidenses para explorarem as terras raras e foi aos EUA negociar isso com Trump.

Para Lula, a defesa da soberania significa apenas obrigar que a empresa dos EUA, além de extrair, processe as terras raras aqui no Brasil. Mas as terras raras ainda estariam sob controle das multinacionais. Os lucros, a operação, tudo seria

capital das multinacionais. Nesse sentido, o Brasil ficaria a reboque dessas empresas, da decisão delas sobre o que fazer e como fazer, e quando decidirem ir embora ficaremos com nada, como já aconteceu tantas vezes.

Soberania significa um Estado ter poder para tomar as decisões sem interferência estrangeira e segundo suas próprias necessidades. Ao entrarem as necessidades das empresas dos EUA, a dominação não só política de Washington, mas também econômica, já não somos mais um país plenamente independente.

Então, mesmo antes de Trump, o Brasil já não tinha soberania plena, pois sua economia já era completamente dependente dos EUA, e o controle político de Washington acontecia, mas por via indireta e diplomática. Trump muda isso. Coloca a pressão política aberta por várias vias e de maneira agressiva, escancarando a real natureza selvagem da exploração imperialista.

O QUE ISSO TEM A VER COM A VIDA DOS TRABALHADORES?

Esse debate muitas vezes parece descolado da realidade dos trabalhadores e do povo. A extrema direita se aproveita dizendo: "Ninguém quer saber de soberania. O povo quer dinheiro no bolso, comida no prato, segurança e condições de vida dignas".

Escondem que o problema é justamente a dominação imperialista, que leva os lucros e as riquezas, transformando tudo que é produzido aqui em vida boa lá nos países ricos, enquanto se agrava a miséria, a pobreza e a desigualdade. O que torna

nossa vida um inferno é a mesma coisa que torna a vida deles um paraíso.

É impossível que um país resolva seus problemas econômicos, sociais e até políticos sem soberania nacional plena. Enquanto estivermos submetidos às vontades de outras nações, qualquer decisão tomada não será com vista aos interesses do povo desta terra, mas de terras estrangeiras.

Esse é o projeto que a burguesia brasileira implementou aqui desde sempre. É herdeira dos portugueses, mas poderia ser dos espanhóis também, sem problemas. Subordinou-se à Inglaterra. E hoje ama os EUA e não tem nenhum problema em aprender mandarim se isso pagar mais. O que não consegue nunca é ser brasileira de fato, defender os interesses nacionais de verdade, arrancando o grilhão da miséria do país, que foi incapaz de garantir reparação aos negros escravizados, que nunca fez uma mínima reforma agrária e deixou várias tarefas democráticas de libertação nacional inconclusas por séculos.

SOBERANIA DE VERDADE EXIGE RUPTURA COM O IMPERIALISMO

A luta dos trabalhadores deve partir da defesa da soberania e por libertação nacional contra o imperialismo e a extrema direita e se combinar em uma luta contra os setores burgueses que são cães de guarda dos seus amos estrangeiros. Não temos imperialista de estimação, seja dos EUA, seja da Europa, seja da China. E também não temos ilusão em nenhum setor burguês nacional.

A defesa do Brasil contra as agressões e ameaças de Trump deve ser parte fundamental de uma luta

mais ampla contra o bolsonarismo e contra o domínio das multinacionais dos EUA. Para termos soberania de verdade, é obrigatório que defendamos um programa de ruptura com o imperialismo que chegue ao questionamento da propriedade capitalista em setores estratégicos. Portanto, é necessário chegar ao socialismo. Por isso, é preciso superar os limites do projeto do PT, que se diz de esquerda e defensor da soberania em palavras, mas se subordina ao imperialismo e à burguesia.

O imperialismo foi vitorioso na Venezuela submetendo o novo governo chavista após sequestrar Maduro. Mas foi derrotado pelo Irã depois de iniciar uma guerra mal calculada impulsionada também pelo Estado genocida e fascista de Israel. Pode ser derrotado na Bolívia, já que sustenta o governo de Paz contra um movimento de trabalhadores furioso que pode derrubá-lo. Os trabalhadores brasileiros devem se inspirar nos bolivianos que mostram o caminho para enfrentar e derrotar o imperialismo e lutar por soberania. ■

Só haverá soberania verdadeira quando o povo trabalhador romper com o imperialismo e tomar em suas mãos o destino do Brasil.

TRUMP, TIRE AS MÃOS DO PIX

No jogo pela soberania, o Brasil está perdendo de goleada

DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

Presidente Lula em encontro com Donald Trump, presidente dos EUA, em maio deste ano. Foto: Ricardo Stuckert/PR

O clima de Copa do Mundo voltou a trazer o verde-amarelo às ruas do Brasil. Principalmente nas periferias, o uniforme canarinho está deixando de ser símbolo do bolsonarismo para demonstrar a torcida da população à seleção. Fora dos gramados, porém, o país é alvo de ataques da principal potência imperialista do mundo e não conta com uma zaga capaz de deter essa ofensiva.

O mais recente lance ocorreu no dia 2 de junho, quando os EUA de Donald Trump retomaram o tarifaço contra o Brasil. Mas de onde veio isso? Ainda no ano passado, quando Trump taxou os produtos brasileiros, também anunciou o início de

“investigações” contra o que chamou de práticas desleais do Brasil (como se os EUA não dominassem grande parte da nossa economia). Pois bem, o tarifaço caiu por força da própria justiça estadunidense. Mas, contornando esse revés, utilizaram as tais investigações para retomá-lo. Agora utilizando uma lei de comércio de 1974, esse mecanismo dificulta a ação judicial que derrubou o tarifaço anterior.

PIX E TERRORISMO

A penalização imposta pelo governo dos EUA veio na forma de uma taxa de 25% sobre as exportações brasileiras, à exceção daquelas que não afetem a economia do país imperialista (como café, gado e peças aeronáuticas). E o que seriam as “práticas desleais” usadas como desculpa para o tarifaço? O Pix, que permite transações sem a necessidade de passar pelas bandeiras dos cartões dos grandes bancos.

Também elencaram justificativas esfarrapadas, como o desmatamento, como se Trump tivesse alguma preocupação com o meio ambiente, ou até mesmo a famosa rua 25 de Março, na capital paulista, tradicional reduto do comércio popular.

Esse ataque não veio sozinho. Semanas antes do anúncio do tarifaço, os EUA divulgaram o enquadramento das organizações criminosas como PCC e Comando Vermelho como terroristas. Uma medida que nada tem a ver com combater o crime, mas sim com reforçar a pressão e a ingerência, seja com sanções, seja com retaliações administrativas ou até mesmo com a possibilidade de um ataque direto militar, como ocorreu na Venezuela.

JOGO SUJO

Trump quer espoliar o país no tapetão

Trump, nos marcos de sua doutrina “Donroe” (menção à antiga Doutrina Monroe, a qual preconizava a “América para os norte-americanos”), quer decidir como os brasileiros vão pagar uma coxinha na padaria, quer o caminho livre para as big techs estadunidenses acima das leis do Brasil e, no limite, até definir quem os brasileiros vão eleger nas próximas eleições.

Trata-se de uma interferência para reforçar a dominação imperialista que os EUA já exercem sobre o Brasil. Só para se ter uma ideia, a balança comercial (diferença entre tudo que o país vende e compra dos EUA) nos últimos doze meses foi de quase US\$ 1,5 bilhão de dólares em favor dos EUA. Para além desse fator conjuntural, grandes monopólios capitalistas estadunidenses dominam setores-chave da economia brasileira, numa relação de exploração e subordinação consolidada no pós-guerra, que só se aprofundou desde então.

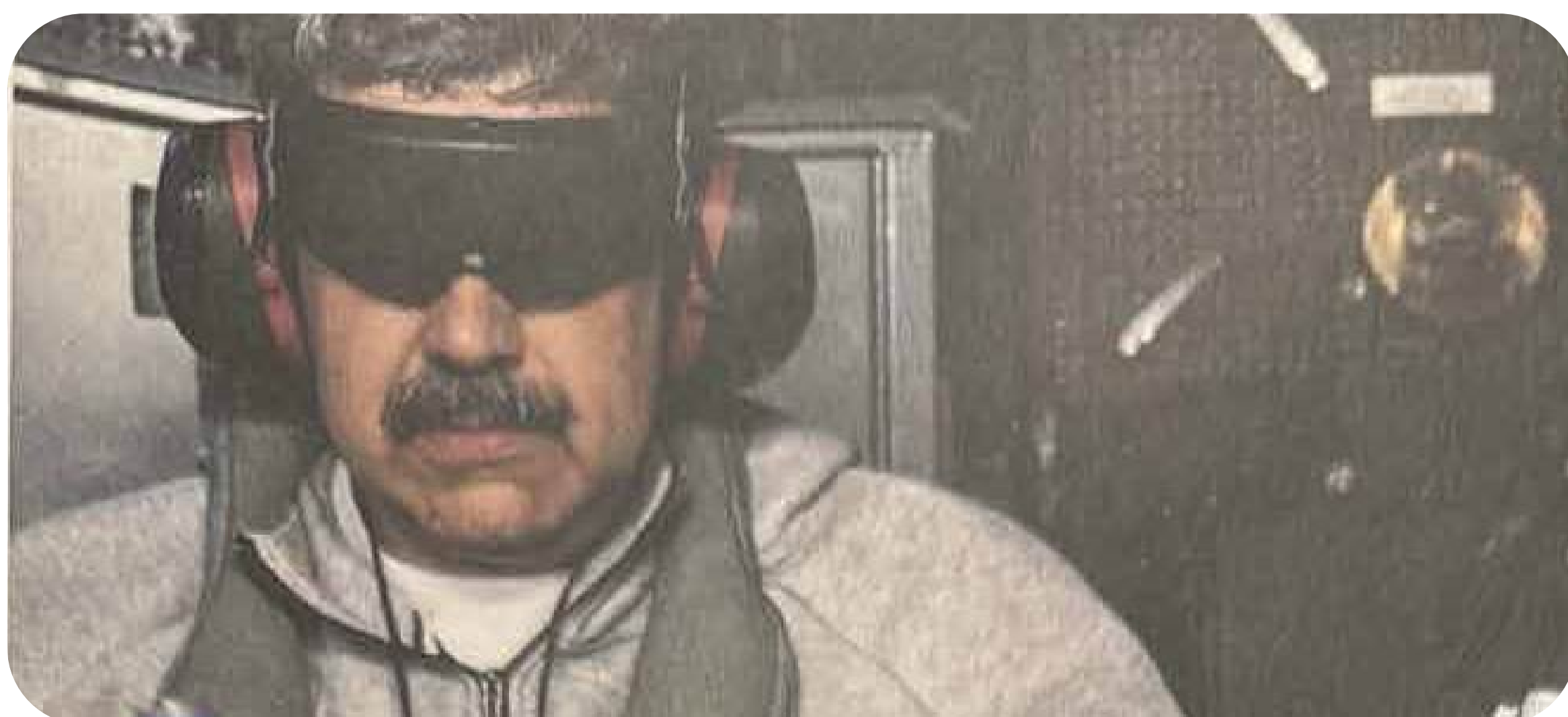
TERRORISTAS SÃO OS EUA

No mesmo sentido, o enquadramento do PCC e do CV como terroristas serve para facilitar a aplicação de sanções de acordo com os interesses de Trump e dos monopólios que ele defende. Como ficou evidente na operação Carbono Oculto, organizações como o PCC não são terroristas no sentido de ameaçar o poder ou qualquer coisa do tipo, mas, ao contrário, têm

relações intrincadas com Estado, instituições da Faria Lima e grandes empresas, atuando, na prática, como uma grande empresa capitalista. Chegam a controlar cadeias inteiras da economia, como a distribuição de combustíveis. Ou seja, achacam e oprimem o povo enquanto irrigam com bilhões o sistema financeiro.

A definição cínica dos EUA, que apoia e sustenta os verdadeiros atos terroristas, como o genocídio em Gaza, só serve para atacar o Brasil, e não para combater o crime. A medida pode abrir espaço para que, por exemplo, os EUA imponham sanções contra empresas, bancos ou pessoas físicas que utilizem Pix sob argumento de que o crime organizado faz transações por esse meio.

Os ataques econômicos, porém, são apenas um aspecto dessa medida. Ainda que hoje possa parecer improvável, sempre vai pairar a ameaça de uma invasão estrangeira imperialista, já que os EUA se veem com carta branca para atacar qualquer organização terrorista em qualquer parte do mundo. A invasão da Venezuela, com o sequestro do ditador Nicolás Maduro e o estabelecimento de um governo fantoche, é um exemplo do sentido dessa política.



Nicolás Maduro sequestrado por forças estadunidenses. Foto: reprodução

TÉCNICO JOGA PARA O OUTRO LADO

Extrema direita joga contra o Brasil, e governo Lula deixa a bola passar

A nova leva de ataques do governo Trump contou com o apoio cúmplice da família Bolsonaro. Não foi coincidência que o anúncio do novo tarifaço tenha vindo no mesmo momento que o presidente estadunidense divulgava a foto da visita que Flávio Bolsonaro lhe havia feito uma semana antes. São traidores marcando gol contra o próprio time.

SEM DEFESA

O problema é que a defesa do Brasil não está melhor que a zaga da seleção. Lula, que no discurso do encontro do G7, mais uma vez, atacou o tarifaço e as ofensivas de Trump, na prática, deixa a bola passar. Além de se recusar a retaliar o tarifaço, o governo, segundo a imprensa, aposta na negociação, aceitando concessões a Trump.

Mais que isso, o governo Lula já havia ido a Washington negociar, entre outras coisas, a entrega das terras raras a Trump. Isso sem falar no acordo que encabeçou entre o Mercosul e a União Europeia, aumentando a submissão do Brasil ao decadente imperialismo europeu. É a mesma política que implementa em relação ao imperialismo chinês, oferecendo todo tipo de privilégio para a instalação das multinacionais da China aqui.

DIFERENTES, MAS IGUAIS

A ofensiva trumpista expôs a hipocrisia da extrema direita, que se oferece como serviçal do imperialismo sem qualquer mediação. Porém o

governo Lula não enfrenta o imperialismo. Ao contrário, tem como política entregar o país a quem pagar melhor. Ambos vestem camisas de cores diferentes, mas jogam contra o Brasil.



Flávio Bolsonaro em visita a Donald Trump. Foto: Reprodução

É HORA DE VIRAR O JOGO

Colocar a classe trabalhadora em campo em defesa de uma verdadeira soberania

A burguesia não defende a soberania. Pelo contrário, quer se enquadrar ao tarifaço e a Trump, entregando tudo que os EUA querem para seguir lucrando com as migalhas que caem da mesa dos monopólios estrangeiros. E o povo? Para eles o povo que se lasque. O governo Lula, por sua vez, joga na retranca enquanto vai entregando o jogo, oferecendo, por exemplo, as terras raras aos EUA e fazendo leis e acordos com Trump que permitem melhores condições para as empresas estrangeiras explorarem e processarem nossas riquezas. No final das contas, o resultado será um novo 7×1, com a perda cada vez maior da nossa soberania e a entrega do país.

Só a classe trabalhadora, com suas próprias forças, pode liderar uma grande mobilização para derrotar o imperialismo e conquistar uma verdadeira soberania. Para encarar Trump e a ofensiva imperialista, é preciso botar a classe em campo.

TRUMP, TIRE AS MÃOS DO PIX!

O Pix foi desenvolvido pelo corpo técnico do Banco Central, não foi política de nenhum governo. Trump quer acabar com ele para favorecer os bancos estadunidenses e as big techs. É preciso defender o Pix contra o ataque do imperialismo, mas é preciso atacar os grandes bancos que o controlam. Se por um lado ele facilitou a vida das pessoas, por outro também trouxe muitos lucros a bancos e fintechs ao forçar a bancarização de parte significativa da população. Banqueiros do país, inclusive, numa vergonhosa demonstração de subordinação, estão agora afirmando que os EUA “não entenderam o Pix” e que as empresas estadunidenses podem participar dele.

O Pix é um exemplo de como a tecnologia pode facilitar e favorecer a vida da população. Mas para que ele esteja a serviço dos trabalhadores de fato e não do lucro dos bancos, é necessário mexer em todo o sistema financeiro, estatizando os bancos, sob controle dos trabalhadores, para acabar com os juros extorsivos e oferecer crédito a preço de custo ao povo pobre e à classe média.

RECIPROCIDADE JÁ!

Sobretaxar a economia dos EUA, proibir a remessa de lucro pro exterior e controlar o capital! A classe trabalhadora deve exigir que o governo Lula vá além das palavras e implemente de imediato retaliações comerciais aos EUA, o que inclusive já foi

aprovado até por este Congresso Nacional. Seria o mínimo diante do novo ataque, mas, assim como ocorreu no ano passado, o governo nega-se a qualquer reação e aposta em ainda mais concessões ao imperialismo.

TERRAS RARAS PARA OS BRASILEIROS

Ao mesmo tempo, é necessário parar a entrega das terras raras ao imperialismo, investindo em pesquisa e tecnologia para que o Brasil não fique à margem das cadeias produtivas de alto valor, como chips e semicondutores.

O governo Lula, porém, negou-se a criar a Terrabras, uma estatal que gerisse a exploração das terras raras. Temos que exigir a criação da Terrabras, controlada pelos trabalhadores, para o desenvolvimento nacional, ambientalmente sustentado, e não para enriquecer ainda mais os países imperialistas e aumentar nossa dependência.

EXPROPRIAÇÃO DOS GRANDES MONOPÓLIOS IMPERIALISTAS

Hoje a maior parte da economia é dominada por um pequeno número de grandes monopólios imperialistas. Para eles, é jogo que o Brasil permaneça no papel de mero fornecedor de matérias-primas de baixo valor, desindustrializando-se e permanecendo fora das cadeias produtivas mais dinâmicas. Exploram a mão de obra barata aqui e remetem seus lucros às matrizes. Uma verdadeira soberania pressupõe a expropriação dessas grandes empresas, sob controle dos trabalhadores, impedindo a remessa de lucro para que seja reinvestido na reindustrialização do país.■

COPA 2026

Não é apenas sobre o Hexa



JOÃO PEDRO ANDREASSY CASTRO,
DE SÃO PAULO (SP)



Vini Jr. na estreia do Brasil na Copa do Mundo. Foto: CBF

Como milhões de brasileiros, a cada quatro anos me reúno na frente da TV para torcer pelo Brasil. Quero ver a seleção levantar a taça, comemorar os gols e viver a atmosfera única que só uma Copa do Mundo proporciona. Afinal, o futebol continua sendo a maior paixão popular do planeta. Isso não significa fechar os olhos para as contradições que cercam o torneio.

A Copa do Mundo de 2026 tem exposto uma realidade cada vez mais evidente: o futebol se afasta daqueles que o construíram. Os preços dos ingressos atingiram valores absurdos, chegando a centenas de milhares de reais no mercado oficial de revenda da FIFA, que também ampliou os mecanismos de “preço dinâmico”, transformando o acesso aos jogos em uma espécie de leilão para

quem pode pagar mais. O resultado é um futebol cada vez mais elitizado.

Esse processo não surgiu do nada: a FIFA sempre esteve ligada aos interesses econômicos e políticos dominantes, conviveu com ditaduras, acumulou escândalos de corrupção e construiu relações estreitas com grandes empresas e patrocinadores. A Copa de 1978, sediada pela ditadura militar argentina de Videla, é um exemplo conhecido dessa história.

Nos últimos anos, porém, o lucro passou a determinar ainda mais os rumos do esporte. A Copa do Catar, em 2022, e a escolha da Arábia Saudita para sediar a edição de 2034 mostram até onde a FIFA está disposta a ir quando bilhões de dólares estão em jogo. Regimes denunciados por violações de direitos humanos se tornam parceiros estratégicos em nome dos negócios.

A edição de 2026 escancara outra contradição. Enquanto Gianni Infantino, presidente da FIFA, aproxima-se de Donald Trump e faz do maior torneio do futebol uma espécie de "Copa para Trump chamar de sua", o evento convive com políticas migratórias xenofóbicas que dificultam a participação de torcedores e delegações de diversos países.

Iranianos enfrentaram obstáculos para obter visto e tiveram ingressos cancelados dias antes da abertura do torneio. Haitianos convivem com ameaças de deportação. O árbitro somali Omar Artan, integrante do quadro da FIFA, teve o visto negado e não pôde participar da competição. Cidadãos de diversos países africanos enfrentam

restrições que tornam a viagem aos Estados Unidos praticamente inviável. A entidade que fala em união entre os povos aceita, na prática, que milhões de pessoas sejam excluídas da festa.

Isso vai além da entidade. Empresas como a Nike aumentam sua relação com seleções nacionais (como a seleção brasileira) com contratos bilionários nebulosos. No Brasil, a expansão das SAFs, a venda cada vez mais precoce de jovens talentos para o mercado europeu e a influência crescente das casas de apostas mostram como o futebol vem sendo reorganizado pelos interesses do mercado. Hoje, cerca de 90% dos clubes da Série A têm algum vínculo com casas de apostas, um setor que movimentava bilhões de reais por ano e se tornou um dos principais financiadores do futebol brasileiro.

Esse cenário também atinge quem está em campo. Para milhões de jovens das periferias, o futebol continua sendo uma das poucas possibilidades de ascensão social. Não é coincidência que grande parte dos atletas profissionais venha de famílias trabalhadoras e tenha enfrentado enormes dificuldades antes de chegar ao topo.

No entanto, a realidade da maioria dos jogadores está muito distante da imagem vendida pelas transmissões de televisão. Enquanto uma pequena elite acumula salários milionários e contratos publicitários, milhares de atletas vivem com remunerações baixas, contratos precários e carreiras curtas. O mesmo esporte que produz estrelas globais também reproduz desigualdades profundas.

A Copa do Mundo tem exposto uma realidade cada vez mais evidente: o futebol se afasta daqueles que o construíram.

É PRECISO DEVOLVER O FUTEBOL AOS TRABALHADORES

Quem construiu esse esporte foram os trabalhadores que lotaram arquibancadas durante gerações, os clubes de bairro, os campos de várzea e milhões de torcedores espalhados pelo mundo.

Defender o futebol popular significa lutar contra a elitização dos estádios, por ingressos acessíveis e pela democratização das entidades esportivas. Mas significa também entender que essa transformação do esporte em negócio não é um fenômeno isolado: faz parte de um sistema que converte tudo em mercadoria e coloca o lucro acima das necessidades humanas.

Se queremos que o futebol volte a pertencer ao povo, precisamos enfrentar essa lógica e o sistema que sustenta o capitalismo. Porque o futebol nasceu do povo. E é ao povo que ele deve pertencer.■

SEGURANÇA PÚBLICA

Quatro mentiras da direita sobre a redução da maioria penal



ISRAEL LUZ,
DE SÃO PAULO (SP)



Jovens detidos no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. Foto: Igor Sporetto

A gente sabe: o tema é polêmico. E pode ser até que você aprove a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, no dia 10 de junho, é só o primeiro passo para que a proposta passe a valer de fato. Nós, socialistas, não apoiamos essa medida e vamos te mostrar por que, mais uma vez, o Congresso está mentindo para você.

1. "VAI AJUDAR NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO"

Esse argumento parte da ideia de que endurecer cada vez mais as penas aumenta a segurança. Segundo esse raciocínio, quanto mais o Estado

prende, mais ele enfraquece as empresas do crime. Será mesmo?

Antes de tudo, é preciso desmontar a falsa ideia de que se prende pouco no Brasil: de acordo com dados da Secretaria Nacional de Política Penais, há quase 942 mil presos hoje, a maioria absoluta em celas físicas. Temos a terceira maior população carcerária do planeta, majoritariamente formada por um perfil revelador: homem, jovem e negro.

Essa massa encontra nos presídios facções que, ao longo dos anos, vêm utilizando esses espaços para recrutamento de novos membros. Ao superlotar as prisões, o que os governos brasileiros têm conseguido na prática é potencializar essa dinâmica.

Tratar jovens como adultos penalmente, inserindo-os nesses locais, só pode ter um resultado: fortalecer PCC e CV com soldados cada vez mais novos.

2. "JOVENS NÃO SÃO PUNIDOS"

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê seis tipos de medidas socioeducativas para jovens que cometem infrações: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Considera-se para isso as peculiaridades da fase da vida de uma pessoa ainda em formação física, psicológica, emocional, moral e social.

A maioria dos adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo está envolvida em roubo

e tráfico de drogas, não homicídios. Obviamente são todas questões graves, mas a informação é importante, pois revela que o destaque que os políticos de direita dão a casos desse último tipo servem mais para manipular o medo da população do que qualquer outra coisa.

O perfil racial dos adolescentes internados é, não por coincidência, o mesmo da população prisional em geral: 74% são meninos negros segundo dados de 2024 do Conselho Nacional de Justiça. É uma face do genocídio racial que marca nosso país.

Por outro lado, ao contrário do encarceramento crescente de adultos, o número de adolescentes apreendidos e mantidos fechados cumprindo medidas socioeducativas vem caindo desde 2019 de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.

Só que uma das principais razões não é nada positiva. Refiro-me à ação policial que, em vez de apreender, mata ou tortura adolescentes supostamente envolvidos em infrações.

3. "OS DEPUTADOS ATENDEM A VONTADE DO POVO"

Dessa você pode rir se quiser. Quer dizer que os mesmos que foram contra o fim da escala 6x1 dessa vez resolveram se preocupar conosco? A verdade é que o congresso inimigo do povo só pensa em uma coisa agora: eleições.

A gritaria em torno da redução é, desse ponto de vista, pura campanha eleitoral. Como fazem há décadas, buscam trocar vidas negras por votos

fazendo discursos duros contra a bandidagem. No entanto, muitos desses não conseguem explicar sua ligação com criminosos ricos, caso de Flávio Bolsonaro em relação ao banqueiro Daniel Vorcaro.

O Congresso nunca é a favor de aumentar gastos em educação, esporte, lazer e políticas contra o desemprego juvenil. Mas sempre se anima para justificar a prisão de filhos da classe trabalhadora, especialmente negros e periféricos.

4. "A ESQUERDA DEFENDE BANDIDO"

Ao buscar capitalizar eleitoralmente, a direita acusa a esquerda, nomeadamente o PT, de ser conivente com o crime. Para saber se isso é verdade, lembremos que o partido de Lula é o representante máximo de um tipo específico de esquerda: o que tem como estratégia política administrar o sistema.

Ao se tratar de segurança, o problema real da esquerda capitalista é justamente o oposto do que diz a direita: embora corretamente seja contrária à redução, de modo geral replica o modelo de segurança racista, militarizado e completamente avesso ao controle operário e popular.

É a consequência lógica de se gerir o capitalismo brasileiro, marcado por desigualdades sociais e raciais tão gritantes, que os ricos precisam manter o povo trabalhador sob controle por bem ou por mal.■

32 anos sem justiça para Rosa e Zé Luís Sundermann, militantes do PSTU

Assassinados em 12 de junho de 1994, seguem presentes na memória e na luta da classe trabalhadora contra a exploração, a violência e a impunidade



**ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO**



Rosa e Zé Luís Sundermann. Fonte: Reprodução

No dia 12 de junho, completaram-se 32 anos do assassinato de José Luís e Rosa Hernandez Sundermann, dirigentes socialistas, militantes revolucionários e lutadores incansáveis da classe trabalhadora. Executados dentro de casa, em São Carlos (SP), em 1994, o crime jamais foi elucidado. Nenhum responsável foi condenado, nenhum mandante foi identificado, e a impunidade permanece. Mais uma ferida aberta na história das lutas populares do país.

Mais de três décadas depois, a memória de Rosa e Zé Luís segue viva nas mobilizações dos trabalhadores, nos movimentos sociais e na construção do PSTU, partido do qual foram fundadores e importantes dirigentes.

UMA VIDA DEDICADA À LUTA SOCIALISTA

Zé Luís e Rosa dedicaram suas vidas à organização da classe trabalhadora e à construção de uma alternativa socialista para os explorados e oprimidos.

Ele era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de São Carlos (SINTUFSCar), vice-presidente da entidade e também dirigente da Fasubra (sindicato nacional da categoria). Ela, por sua vez, era uma das principais dirigentes da Convergência Socialista e participou ativamente do processo de fundação do PSTU. Poucos dias antes de ser assassinada, havia sido eleita para o primeiro Comitê Central do partido.

Conhecidos e respeitados em São Carlos e em diversas regiões do estado de São Paulo, ambos estiveram envolvidos em inúmeras lutas operárias, estudantis e populares.

AO LADO DOS TRABALHADORES RURAIS

Uma das marcas da militância do casal foi a atuação junto aos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto e São Carlos, em especial entre os cortadores de cana-de-açúcar submetidos a condições brutais de exploração.

As jornadas exaustivas, os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho faziam parte da realidade cotidiana dos canaviais paulistas.

Rosa e Zé Luís estiveram ao lado desses trabalhadores na organização de greves, assembleias e mobilizações que enfrentavam diretamente os interesses dos grandes usineiros e proprietários rurais.

A participação do casal na greve dos trabalhadores da Usina Ipiranga, em Descalvado (SP), tornou-se um dos episódios mais conhecidos dessa trajetória. A mobilização denunciava condições degradantes de trabalho e conquistou avanços para a categoria, ao mesmo tempo que expôs os interesses econômicos e políticos dos setores mais poderosos da região. Durante aquele processo, ambos receberam ameaças de morte.

EXECUÇÃO PLANEJADA

Na noite de 12 de junho de 1994, Zé Luís e Rosa foram assassinados dentro da própria residência. Ele Luís foi morto com disparos na cabeça enquanto assistia televisão. Ela também foi executada.

Nada foi roubado da casa. Objetos de valor, dinheiro, cartões e cheques permaneceram no local. As características do crime indicavam uma execução planejada. A hipótese de latrocínio rapidamente perdeu força diante das evidências encontradas na cena do assassinato.

Apesar disso, as investigações jamais chegaram a uma conclusão. Diversas linhas investigativas foram abandonadas ou não aprofundadas. O caso acabou arquivado sem a identificação dos executores ou dos possíveis mandantes.

TRÊS DÉCADAS DE IMPUNIDADE

Ao longo dos anos, sindicatos, movimentos sociais, organizações de direitos humanos e o PSTU

realizaram inúmeras campanhas exigindo justiça para Rosa e Zé Luís.

A luta contra a impunidade ultrapassou as fronteiras do país. O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), denunciando a omissão do Estado brasileiro na apuração do crime.

Também foi tema de audiências públicas, debates, documentários, livros e atividades de memória promovidas por entidades sindicais e populares. Em todas essas iniciativas, a exigência permanece a mesma: elucidar o assassinato e punir os responsáveis.

UM LEGADO QUE PERMANECE VIVO

Passados 32 anos, Rosa e Zé Luís continuam sendo referência para gerações de lutadores e lutadoras.

Sua trajetória simboliza o compromisso com a independência de classe, a organização dos trabalhadores e a construção de uma sociedade socialista. Ao mesmo tempo, seu assassinato lembra que a violência contra aqueles que enfrentam os interesses dos poderosos continua sendo uma realidade no Brasil.

Em um país que ainda registra assassinatos de lideranças camponesas, indígenas, sindicais, ambientais e populares, a memória de Rosa e Zé Luís segue atual. Lembrá-los é também reafirmar a necessidade de combater a impunidade e defender o direito de organização e luta dos trabalhadores. Trinta e dois anos depois, a exigência continua ecoando: justiça para Rosa e Zé Luís Sundermann! Presentes, hoje e sempre! ■

FIM DA ESCALA 6X1

Vitória parcial, luta aberta: se o Senado sabotar, o Brasil tem que parar



RENATA FRANÇA,
DE SÃO PAULO (SP)



Foto: Sindmetal/SJC

Num cenário de crise, ataques aos direitos democráticos e sociais, a aprovação da redução da jornada de trabalho pode representar uma conquista histórica.

Até aqui, o que fez a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) pelo fim da escala 6x1 chegar ao Senado foi a pressão das ruas e das redes e o desgaste político daqueles que já aprovaram sucessivos ataques, mas se viram encurralados num ano eleitoral.

Por isso, o que está em jogo no Senado não é apenas se haverá maioria para aprovação da PEC. O que está em disputa é se será uma conquista

real, que amplie o tempo livre e potencialize novas lutas; ou se será transformada numa vitória parcial que poderá ser neutralizada por novas formas de exploração.

A pressão popular conseguiu um feito inédito: aprovar a PEC na Câmara por 472 votos a 22. Mas agora isso não basta. Davi Alcolumbre ensaia novas manobras: cria etapas adicionais e negocia mudanças que podem devolver a proposta à Câmara e atrasar sua tramitação. Querem reduzir o alcance da PEC e preservar a superexploração por meio da criação de novos regimes de contratação, flexibilização da jornada, compensações patronais e negociação individual.

ESTRATÉGIA DE LULA REBAIXA A PAUTA E NÃO DERROTA OS ATAQUES

Enquanto o Senado tenta aprofundar a precarização e transformar nossa conquista em derrota, o governo incorpora parcialmente a pauta. Rebaixou a reivindicação inicial para 40 horas com transição e segue tentando enquadrá-la à institucionalidade sem comprometer seu projeto de conciliação de classes.

Nessa semana, Lula havia prometido votar o projeto de urgência na Câmara para pressionar o Senado a cumprir a tramitação em até 45 dias, sob o risco de travar as demais pautas. No entanto, no dia 16, após conversa com Hugo Motta retirou o caráter de urgência do projeto.

Não podemos ficar reféns do governo nem limitar a ação do movimento à pressão sobre os senadores como fazem as grandes centrais. É preciso incendiar as redes, ocupar as ruas e

transformar o apoio social em organização nos locais de trabalho para construir as condições para parar o Brasil. Como tem exigido a CSP-Conlutas, é necessário que as centrais sindicais, VAT e frentes construam uma greve geral!

Para consolidar avanços, será preciso derrotar a PEC da hora trabalhada, barrar novos projetos de precarização e acumular forças pelas 36 horas e a semana 4×3.

A PEC DA HORA TRABALHADA: TENTATIVA DE ANULAR A REDUÇÃO DA JORNADA E REDUZIR SALÁRIOS

Na mesma semana em que o fim da escala 6×1 foi aprovada na Câmara, Rogério Marinho (PL-RN) e o senador Flávio "Bolsomaster" protocolaram a PEC 12/26. Não é um projeto paralelo. É uma contraofensiva. A chamada PEC da hora trabalhada flexibiliza jornada e salário, pago por hora, limitado a 44 horas semanais e nenhuma estabilidade.

Permite o contrato individual entre patrão e trabalhador, com a promessa de liberdade, mas não existe negociação livre entre desiguais: de um lado, quem depende do salário para viver; do outro, quem controla contratação e renda. Como o patrão pode escolher entre o regime CLT ou modelos mais baratos, mais instáveis e sem proteção trabalhista, na prática será o desmonte do regime único de direitos.

NENHUMA JORNADA SERÁ HUMANA SOB O CAPITALISMO, MAS CADA CONQUISTA CONTA
A luta pela jornada não é apenas sobre escala. É

sobre quem controla a riqueza produzida e as condições para uma vida além do trabalho.

No capitalismo, cada vitória parcial pode ser absorvida pelo sistema. Nesse sentido, o que realmente está em jogo é como arrancaremos essa conquista: ampliando a organização independente da classe, potencializando a luta pelas 36 horas e pela semana 4×3, e usando essa vitória para impulsionar a disputa por uma sociedade onde a vida não esteja subordinada à lógica destrutiva e irracional do lucro.

Mas se chegamos até aqui, podemos ir além. É preciso construir uma greve geral por:

- Aprovação imediata da PEC sem transição, rumo a 36 horas e escala 4×3.

- Proibição de demissões para reconstrução precarizada, limitação do banco de horas e programa de incentivo a novas contratações nos pequenos negócios, financiado pelos grandes empresários.

- Engavetar a PEC da hora trabalhada e o PLP 152.

- Revogar a reforma trabalhista, a lei das terceirizações e o trabalho intermitente.

É PRECISO IR ÀS RUAS

Sem derrotar a precarização, vitória será parcial

A reforma trabalhista ampliou o trabalho intermitente e a terceirização; as plataformas

digitais transformaram milhões em trabalhadores sem direitos. Se avançar a pejetização, milhões ficarão fora da proteção trabalhista.

Sem reverter essa tendência, a aprovação do fim da escala 6x1 pode conviver com uma derrota estratégica: cada vez menos trabalhadores protegidos pelas regras conquistadas.

Por isso, para que o fim da escala 6x1 valha para todos, nossa luta precisa estar ligada à luta contra a precarização e unificar trabalhadores formais, terceirizados, plataformizados e informais.■

**É preciso incendiar as redes,
ocupar as ruas e transformar o
apoio social em organização nos
locais de trabalho para construir
as condições para parar o Brasil.**



Foto: Sergio Koei

CRISE CLIMÁTICA

Dia Mundial do Meio Ambiente: projeto colapso



ALICE SEBEN CAMPANA,
DA SERRA GAÚCHA (RS)



Enchente de 2024 no Rio Grande do Sul. Fonte: reprodução

No dia 5 de junho, comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. A origem da data está vinculada à Conferência de Estocolmo (Suécia) realizada em 1972. Na conferência, foram elaborados 26 princípios como um guia ou inspiração aos povos do mundo para preservar e melhorar as condições ambientais. Contudo, desde lá, o que se tem feito é exatamente o contrário. É uma data simbólica, mas que na sociedade capitalista só pode ser tratada de forma individualista e limitada, sem atacar as causas da crescente degradação ambiental.

Na economia capitalista, o meio ambiente é um outro inútil. Para esse modo de produção, a natureza é um objeto inanimado que pode ser reduzido a fogo, cinzas, morte; que pode ser controlada, destituída de seus ciclos, de seus

ecossistemas, de sua biodiversidade e complexidades. Em suma, no capitalismo, um bioma preservado é um obstáculo ao lucro. Mas afinal o que é de fato o meio ambiente? A natureza não é singular, são naturezas plurais, ecossistêmicas, são habitats de muitas formas de vida sencientes, sejam humanas, sejam não humanas. O meio ambiente é o palco onde a vida se desenvolve e se recria. Está presente no urbano, apesar de mascarado e, por vezes, soterrado e marginalizado. É o chão que pisamos embaixo do concreto, é o ar que respiramos, é a água que bebemos, é a convivência com os outros seres vivos. O meio ambiente é o planeta Terra de forma interconectada. Se há derretimento de geleiras nos Andes, a floresta Amazônica será afetada. Se há alteração na circulação atmosférica no Pacífico, as praias do Atlântico sentirão os efeitos.

A REALIDADE AMBIENTAL BRASILEIRA

No Brasil, o orçamento público – com a finalidade de preservação – define ano após ano. Leis e normas ambientais sofrem com ataques vindos de todas as esferas políticas, sendo insuficientes para conter o avanço da destruição e do colapso socioambiental. Tomemos como exemplo o PL da Devastação (Projeto de Lei 2159/2021), que flexibilizou regras de controle, simplificando e oferecendo a opção de autolicenciamento ambiental, retirou a obrigatoriedade de análises técnicas prévias de impacto em áreas de preservação, terras indígenas e territórios quilombolas. Esse PL compromete a prevenção de danos socioambientais e enfraquece a fiscalização dos órgãos ambientais, favorecendo setores como mineração e agronegócio.

Outro exemplo recente ocorreu no início deste ano, quando, diante da luta indígena, o governo Lula precisou recuar e revogar o Decreto 12.600, que privatizaria os rios Tapajós, Madeira e Tocantins na forma de hidrovias do agronegócio e do setor privado.

A cada ano, o Plano Safra recebe mais repasse para o agronegócio, beneficiando principalmente latifundiários, concentração de terras e expansão da fronteira agrícola. E expandir o agronegócio é sinônimo de mais crimes, como a derrubada de milhares de hectares de florestas, queimadas e extensa degradação ambiental.

Os exemplos são inúmeros de que o governo Lula está aprofundando a crise ambiental. Aqui, todos os partidos, da esquerda institucionalizada à extrema direita, juntam-se na mesma falta de projeto e alternativa para o Brasil. Se ao norte do país o governo partia para cima dos indígenas e ribeirinhos com a privatização dos rios, ao sul todos os partidos políticos burgueses se juntam para defender projetos de exploração da natureza, como as novas plantas para a produção de celulose, gigantescos centros de processamento de dados, novos portos para exportação, entre outros.

CATÁSTROFE ANUNCIADA OU OPORTUNIDADE PARA NEGÓCIOS?

De acordo com a Cemaden, entre 2020 e 2023, foram registrados 7.539 desastres climáticos no Brasil, um aumento de 222,8% em relação à década de 1990. As chuvas foram as principais responsáveis por 86% das mortes registradas.

Nesse curto período, 8,7 milhões de pessoas ficaram desabrigadas devido a inundações, um salto de 8.000% se compararmos aos anos 1990.

Para 2026, segundo Inmet, Inpe e Noaa, temos alta probabilidade de ocorrer o fenômeno El Niño a partir do segundo semestre (superior à 80%), podendo se estender até o início de 2027.

Vinculado a isso, temos um alto risco de ocorrências de eventos climáticos extremos (ondas de calor, secas, precipitações intensas, frio intenso etc). O que se espera é que o fenômeno atinja, pelo menos, intensidade moderada. Com essa previsão, qual o projeto dos governos para evitar que novos desastres, como o do Rio Grande do Sul, ocorram? Ou, talvez, o projeto seja justamente esse: deixar colapsar para flexibilizar mais ainda a legislação ambiental.

As necessidades do capital são colocadas acima de tudo e de todos e não importam as consequências. É necessário construir uma alternativa socialista e revolucionária. O colapso ambiental significa o colapso dos ecossistemas e isso não é sobre o futuro, é sobre o que está acontecendo no presente. E é no presente que devemos construir essa alternativa! ■

Leia a matéria completa no portal do Opinião Socialista

[CLIQUE AQUI](#)

AGRONEGÓCIO

Bancada do agro no Senado passa a boiada no dinheiro público de áreas sociais

“Refis do Agro” deve retirar até R\$ 140 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal para beneficiar um setor já amplamente privilegiado pelo Estado



PHILL NATAL,
DE MARINGÁ (PR)



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre Foto: Carlos Moura/Agência Senado

O Senado aprovou, no dia 10 de junho, o Projeto de Lei (PL) 5.122/23, que cria uma linha especial de crédito para o refinanciamento do agronegócio. A proposta, chamada de “Refis do Agro”, foi colocada em votação pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), mesmo após reunião com o governo para debater a medida, que autoriza o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a renegociação de dívidas de produtores rurais.

A proposta, considerada uma pauta-bomba pelo governo devido ao impacto fiscal de até R\$ 140 bilhões, é, na verdade, uma bomba para o conjunto da classe trabalhadora, ao retirar recursos que deveriam ser destinados ao desenvolvimento da educação, ao financiamento do SUS, a investimentos em pesquisa e à mitigação de danos e à adaptação às mudanças climáticas, entre outras áreas sociais, para a quitação de dívidas com juros baixíssimos de um setor que já é amplamente beneficiado pelo Estado brasileiro.

PASSANDO A BOIADA NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A proposta foi articulada pela extrema direita, hoje encabeçada por Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no Congresso Nacional, por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mas contou também com o apoio de parte da base do próprio governo. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), aliado de Lula de longa data, foi o responsável por relatar e defender o parecer que promove esse ataque na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Sob o pretexto de reduzir as perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos e pelos impactos econômicos de conflitos geopolíticos, essa proposta não faz sentido nem mesmo nos marcos do capitalismo. Afinal, retira dinheiro justamente dos setores que poderiam enfrentar esses problemas, investindo, por exemplo, em ciência e tecnologia para diminuir as consequências dos eventos climáticos extremos, combater possíveis quedas de produtividade provocadas pelas mudanças do clima e para a produção nacional de

insumos necessários nas lavouras, hoje amplamente vindos de fora do país e que podem ser afetados pelos conflitos geopolíticos.

Isso também derruba o mito de que o agronegócio desenvolve o país e defende a soberania nacional. Na realidade, esse setor é dominado por multinacionais, como as gigantes imperialistas Cargill, Bunge e Nestlé, e busca cada vez mais parasitar o Estado para maximizar seus lucros. Para isso, vale tudo, até mesmo retirar verbas das áreas sociais destinadas à população que mais precisa e que já sofre estrangulamento ano após ano devido ao arcabouço fiscal do governo Lula

Basta olhar os valores elevados da proposta para que o argumento de que isso seria destinado aos pequenos produtores e à agricultura familiar também caia por terra. Na prática, a medida vai favorecer os setores mais oportunistas do grande agronegócio, já beneficiados pelos bilhões de reais do Plano Safra todos os anos, que devem se amparar nesse novo dispositivo para renegociar dívidas e lucrar ainda mais.

LIMITES DA CONCILIAÇÃO DE LULA

O governo sofreu uma série de derrotas importantes no Congresso Nacional nestes semestres apesar de ter conseguido aprovar junto com o centrão tudo que propôs. Mas isso evidencia que sua política de aliança com o centrão é um verdadeiro desastre. Por trás desse novo revés está o papel decisivo do presidente do Senado, que tem interesse em se manter na presidência da Casa num eventual governo de Flávio Bolsonaro.

PROGRAMA

Revolucionar o modelo agrícola e investir nas políticas públicas

É preciso revolucionar o modelo agrícola nacional, hoje destinado amplamente à exportação. Isso passa por expropriar o grande agronegócio e colocar as terras do país sob controle dos trabalhadores para a produção de alimentos e o atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Para isso, é necessário realizar uma reforma agrária radical e nacionalizar todo o agronegócio sem indenizações. É necessária também uma transformação completa na política de concessão de crédito e, em consequência, na estrutura financeira do país, nacionalizando-a e a colocando em favor do pequeno produtor.

Para defendermos os serviços públicos e as políticas sociais, é necessário romper com esse modelo que repassa recursos públicos para a iniciativa privada por meio dos mecanismos da dívida pública e aumentar os investimentos mediante um arcabouço social que coloque em seu centro as necessidades da classe trabalhadora, não os lucros da burguesia nacional e internacional.

Tudo isso só é possível combatendo os avanços da extrema direita com independência de classe, sem acordos nem conciliação. Isso o governo Lula não fará, pois governa com e para os capitalistas. Portanto, somos nós que devemos tomar em nossas mãos o que é nosso de fato e por direito. ■

BOLÍVIA

Rebelião coloca em xeque o governo de Rodrigo Paz



LENA SOUZA,
DIRETO DA BOLÍVIA



Protestos populares na Bolívia. Foto: reprodução

A atual rebelião popular na Bolívia é resultado de um longo processo histórico marcado por grandes mobilizações operárias, camponesas e indígenas. As jornadas revolucionárias de 2003 e 2005 derrubaram os presidentes Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa, expressando a rejeição popular ao neoliberalismo e à entrega dos recursos naturais às multinacionais. No entanto, a energia insurrecional foi desviada para a via eleitoral com a chegada de Evo Morales e do MAS ao governo em 2006.

Impulsionado pelo boom das commodities, o governo Evo Morales ampliou a participação estatal na renda dos hidrocarbonetos, implementou programas sociais e aprovou a Constituição de 2009, que reconheceu a Bolívia

como Estado Plurinacional. Porém, sem romper com o capitalismo dependente e extrativista, preservou os interesses dos grandes proprietários rurais, do agronegócio, do setor financeiro e das corporações transnacionais. Apesar de a população pobre ter obtido melhorias parciais em suas condições de vida, as reivindicações mais profundas levantadas pelas mobilizações de 2003 e 2005 permaneceram sem solução.

O esgotamento do ciclo de crescimento, a queda das receitas do gás, a crise econômica e as disputas entre Evo Morales e Luis Arce aprofundaram a fragmentação política e social do país, abrindo caminho para a vitória eleitoral de Rodrigo Paz em 2025.

O CONTEXTO ATUAL

Embora tenha se apresentado durante a campanha como uma alternativa moderada para superar a crise econômica, Rodrigo Paz rapidamente abandonou esse discurso ao assumir o governo. Seu programa passou a defender a abertura econômica, a aproximação com os Estados Unidos, a liberalização dos mercados e reformas neoliberais favoráveis ao grande capital.

A tentativa de aplicar esse programa encontrou resistência imediata. Em janeiro de 2026, uma mobilização nacional obrigou o governo a revogar um pacote de ajustes econômicos. Mas a inflação, a escassez de combustíveis, os baixos salários e a ameaça de privatização dos recursos naturais continuaram alimentando o descontentamento popular.

A partir de maio, greves, marchas e bloqueios voltaram a colocar trabalhadores, camponeses e

indígenas no centro da cena política. O movimento ganhou amplitude com a participação de mineiros, professores, trabalhadores fabris, transportadores e organizações populares. Os bloqueios se espalharam pelos nove departamentos do país, interrompendo as principais rodovias e afetando a circulação de mercadorias e combustíveis. Após 45 dias consecutivos de luta, ainda em curso, a mobilização segue demonstrando uma extraordinária capacidade de resistência e evidenciando que são os trabalhadores e o povo pobre que mantêm o país funcionando.

A NOVA LEI DE EMERGÊNCIA E A REPRESSÃO

A crise entrou em uma nova etapa quando o governo aprovou uma legislação que amplia os mecanismos para a decretação de estados de emergência e fortalece os instrumentos repressivos do Estado. Embora Rodrigo Paz ainda não tenha decretado formalmente o estado de exceção, a repressão à marcha de El Alto a La Paz em 12 de junho, as operações para desmontar bloqueios, a perseguição judicial contra dirigentes e a prisão de lideranças sociais demonstram uma escalada repressiva.

Paralelamente, autoridades passaram a estimular setores da população civil a enfrentar os bloqueios, aumentando o risco de confrontos. Organizações de direitos humanos denunciam a criminalização dos protestos e afirmam que a repressão já deixou pelo menos onze mortos e mais de 400 pessoas presas ou processadas. Apesar disso, os bloqueios seguem ativos em dezenas de pontos do país e continuam sendo o principal instrumento de pressão do movimento.

OS RUMOS DO MOVIMENTO

Ao completar 45 dias de luta, o movimento entrou em uma nova fase marcada não apenas pelo confronto com o governo, mas também pelo debate sobre seus rumos. Enquanto alguns dirigentes defendem negociações e acordos parciais, importantes setores de base insistem na continuidade e ampliação dos bloqueios até que suas reivindicações sejam atendidas.

Essa disputa atravessa a própria Central Operária Boliviana (COB), convertida em um dos principais espaços de debate sobre o futuro do processo. Cresce a discussão sobre a necessidade de que os trabalhadores, camponeses e povos indígenas não apenas sustentem a mobilização, mas também assumam sua direção política.

A crise atual recoloca uma questão histórica para a Bolívia: quem deve governar o país? Diante do desgaste das instituições, da incapacidade das classes dominantes de oferecer uma saída para a maioria da população e das tentativas de desmobilização, ganha força a perspectiva de que a COB, apoiada pelas organizações operárias, camponesas, indígenas e populares, possa constituir uma alternativa independente dos governos e dos partidos patronais. A palavra de ordem "Todo poder à COB" expressa justamente essa perspectiva: que sejam os próprios trabalhadores e o povo organizado os responsáveis por decidir os rumos da Bolívia. ■

IRÃ

Trump fracassa e faz acordo para reabrir estreito de Ormuz



FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)



Donald Trump. Foto: Reprodução

No dia 16 de junho, o presidente Trump e o governo iraniano firmaram um memorando de entendimento para reabrir o estreito de Ormuz. O memorando estabelece um cessar-fogo em todas as frentes, incluindo o Líbano, por 60 dias. O Irã se comprometeu a permitir a navegação no estreito de Ormuz sem cobrança de pedágio. Trump se comprometeu a cessar o bloqueio aos portos iranianos, além de suspender as sanções relativas à exportação de petróleo iraniano. O memorando estabelece negociações sobre o congelamento do enriquecimento de urânio iraniano, bem como sobre o destino dos 400 quilos de urânio enriquecido a 60%, em troca do fim de todas as sanções imperialistas, o descongelamento de fundos iranianos no exterior (cerca de US\$ 100 bilhões) e a formação de um

fundo de investimentos privados no Irã no valor mínimo de US\$ 300 bilhões a ser feito principalmente pelos países do golfo.

REFLEXO DO FRACASSO DOS EUA

O memorando não é um acordo de paz, e pode ser rompido. Nesse momento, o Estado de Israel se recusa a desocupar o sul do Líbano, o que representa uma ameaça às negociações.

O memorando é resultado do fracasso da estratégia imperialista de Trump, em conjunto com Israel, de derrubar o regime iraniano e liquidar o programa nuclear e balístico do país, bem como seu apoio às organizações aliadas do chamado Eixo da Resistência (Hezbollah, Hashd al-Shaab iraquiano, AnssarAllah/Houthis iemenita e o Hamas).

O regime iraniano sobreviveu aos pesados bombardeios imperialistas e ainda demonstrou sua capacidade de atacar os países vizinhos que tenham bases estadunidenses, bem como controlar o fluxo de navios pelo estratégico estreito de Ormuz com grande impacto na economia mundial.

O memorando é resultado do fracasso da estratégia imperialista de Trump, em conjunto com Israel, de derrubar o regime iraniano e liquidar o programa nuclear e balístico do país.

Pesou sobre Trump a perspectiva de uma recessão econômica internacional fruto do bloqueio do estreito de Ormuz, a divisão interburguesa dentro dos Estados Unidos e a impopularidade da guerra entre a população no país que deve se refletir nas eleições de meio de mandato no segundo semestre.

Nesse momento, Trump recorre a um plano B: incorporar o Irã ao mercado mundial e controlar setores-chave da economia do país por meio de investimentos estrangeiros, em parceria com o governo iraniano. Dessa forma, ele atinge a economia chinesa, que é grande beneficiária do petróleo barato iraniano e passaria a pagar preços internacionais. Esse plano de colonização econômica não exclui novos ataques militares.

O IMPACTO INICIAL DO FRACASSO DA AGRESSÃO MILITAR

O plano de Novo Oriente Médio sob hegemonia israelense a partir da eliminação do chamado Eixo da Resistência fracassou. O regime iraniano e seus aliados, mesmo que enfraquecidos no terreno militar, sobreviveram e estão em condições de restabelecer sua força e influência regional.

Além disso, a Arábia Saudita formou uma importante aliança com o Paquistão, a Turquia, o Egito e o Catar em alternativa tanto a Israel quanto ao Eixo da Resistência. Já Israel mantém significativas áreas ocupadas no sul do Líbano e da Síria, além de toda a Palestina, e aliados na região como os Emirados Árabes Unidos. Hoje o que existe é um Oriente Médio multipolar no qual cada aliança negocia diretamente com os países imperialistas.

A questão palestina não fez parte do memorando, apesar de o genocídio em Gaza e a limpeza étnica na Cisjordânia continuarem. No entanto, o enfraquecimento de Israel no quadro regional e a manutenção da resistência palestina e da solidariedade internacional tendem a recolocar a questão palestina na agenda mundial.

Na arena mundial, o impacto é multifacetado. Há uma aceleração da corrida armamentista e um importante desenvolvimento de novas tecnologias de drones e mísseis baratos. Os países dependentes de petróleo buscam uma diversificação de fontes de energia recorrendo a carvão, energia nuclear e energias renováveis.

Mas o impacto mais importante é a demonstração de que uma potência militar, por mais forte que seja, não é invencível. Além do exemplo do imperialismo estadunidense frente ao Irã, o imperialismo russo passa por muitas dificuldades para se impor diante da Ucrânia. No calor desses enfrentamentos e de levantes operários e populares em vários países, como Bolívia e Albânia, é que vai se forjando uma nova ordem mundial.

De toda forma, segue a luta no Líbano para expulsar as tropas israelenses. Essa mesma luta pode ganhar força na Síria. Mantemo-nos no campo militar da resistência libanesa liderada pelo Hezbollah, da resistência palestina liderada pelo Hamas e dos ativistas sírios em luta contra a ocupação israelense, sem dar apoio político a suas direções. ■

HOMENAGEM

Wilson Honório: o vermelho mais quente do arco-íris

Militante revolucionário, dirigente do PSTU e da LIT-QI, intelectual marxista e referência das lutas LGBTI+ e antirracista, Wilson Honório ajudou a construir uma tradição política que uniu o combate às opressões à luta da classe trabalhadora pelo socialismo



ROBERTO AGUIAR, DA REDAÇÃO E DA SECRETARIA NACIONAL LGBTI+ DO PSTU



Primeira Parada do Orgulho em São Paulo (SP). Fonte: reprodução

Este é o primeiro junho sem Wilson Honório (1961-2025). Escrevo este texto não apenas para lembrar de um companheiro que nos faz falta, mas para resgatar uma trajetória militante que deixou marcas profundas na construção da luta LGBTI+ brasileira, na organização das LGBTIs revolucionárias, na luta antirracista e na construção de uma alternativa socialista para os explorados e oprimidos.

Wilson foi um dos pioneiros de uma geração que compreendeu que a luta contra a opressão sexual e

de gênero não podia ser separada da luta mais ampla da classe trabalhadora. Em uma época em que muitos setores da esquerda ainda tratavam a pauta LGBTI como algo secundário, ele ajudou a construir uma elaboração política que coloca a defesa das LGBTIs como parte integrante da luta socialista.

Essa compreensão não ficou apenas no terreno das ideias. Wilson esteve presente em momentos decisivos da história do movimento LGBTI brasileiro. Na primeira Parada do Orgulho de São Paulo, quando o evento ainda dava seus primeiros passos e enfrentava preconceitos e resistências de todos os lados, o PSTU era o único partido político presente em sua organização e apoio. Naquele momento histórico, Wilson falou em nome do partido em um simples carro de som improvisado em uma Kombi.

Desde a fundação do PSTU, em 1994, Wilson também desempenhou um papel fundamental na estruturação da Secretaria Nacional LGBTI do partido. Foi parte de um esforço persistente para organizar militantes LGBTIs, formar quadros e desenvolver uma política revolucionária para o combate às opressões. Seu trabalho ajudou a consolidar uma tradição que compreende que a luta contra a lgbtfobia não é uma tarefa acessória, mas uma frente estratégica da luta socialista.

Wilson esteve presente representando o PSTU na primeira Parada do Orgulho de São Paulo, discursando numa Kombi improvisada.

COMBATE À MERCANTILIZAÇÃO DA LUTA

A memória das lutas e o espírito de Stonewall

Outra de suas grandes contribuições foi a formação política. Por meio de inúmeros artigos publicados no portal do PSTU e no jornal Opinião Socialista, Wilson ajudou a recuperar e divulgar a história da resistência LGBTI no Brasil e no mundo. Escreveu sobre revoltas, organizações, conquistas e enfrentamentos que muitas vezes eram apagados da memória coletiva. Com isso, contribuiu para que novas gerações de militantes conhecessem as raízes históricas de sua própria luta.

Wilson também nos ensinou uma lição que se tornou uma marca de sua atuação: no nosso arco-íris, o vermelho é a cor mais quente. Não porque diminuísse a importância das bandeiras da diversidade, mas porque insistia que a libertação plena das LGBTIs exige enfrentar as estruturas que produzem e reproduzem a opressão. Para ele, a luta LGBTI+ encontrava sua maior força quando caminhava ao lado das lutas da classe trabalhadora.

Por isso, nunca deixou de criticar a transformação mercadológica que atingiu as paradas do Orgulho ao longo dos anos. Denunciou a crescente influência de empresas, governos e interesses comerciais sobre espaços que nasceram da rebeldia e da resistência. Mas sua resposta nunca foi o abandono das ruas. Pelo contrário, defendia que era preciso estar presente, disputar politicamente esses espaços, denunciar seus desvios e resgatar o espírito original de Stonewall. Um espírito de enfrentamento, organização e luta contra todas as formas de opressão.

OPRESSÃO UNE, CLASSE DIVIDE

Como marxista revolucionário, deixou uma elaboração que continua atual. Ensinava que a opressão une as LGBTIs, mas que a sociedade de classes cria interesses distintos dentro dessa mesma comunidade. Insistia que o principal aliado das LGBTIs são os trabalhadores e trabalhadoras, explorados e oprimidos pelo mesmo sistema que alimenta o preconceito, a violência e a exclusão. Essa compreensão marcou de modo profundo gerações de militantes e ajudou a consolidar uma perspectiva socialista para a luta LGBTI brasileira.

FAREMOS PALMARES DE NOVO

A luta negra e o combate ao mito da democracia racial

Compreender Wilson apenas como um dirigente da luta LGBTI+ seria reduzir a dimensão de sua trajetória. Sua elaboração política sempre procurou demonstrar que as opressões não existem de forma isolada. Como homem negro, intelectual marxista e militante revolucionário, dedicou grande parte de sua vida à luta contra o racismo e à construção do movimento negro.

Wilson foi uma referência na organização da luta antirracista. Participou da fundação do Núcleo de Consciência Negra da USP e, ao longo dos anos, tornou-se uma das principais referências do Quilombo Raça e Classe. Ajudou também a construir a Secretaria de Negros e Negras do PSTU, contribuindo para que o combate ao racismo ocupasse um lugar central na elaboração política do partido.

Sua contribuição teórica para essa luta encontrou expressão em artigos, cursos, palestras e também em sua produção bibliográfica. Entre seus trabalhos mais importantes está o livro Mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade, publicado pela Editora Sundermann.

Na obra, Wilson desenvolve uma análise marxista sobre a questão racial brasileira, desmontando a ideologia da chamada democracia racial e demonstrando como o racismo foi historicamente construído para sustentar a exploração e as desigualdades produzidas pelo capitalismo brasileiro.

Wilson insistia que o capitalismo brasileiro foi erguido sobre séculos de escravidão e que, por isso, o racismo não é um acidente da nossa história, mas uma ferramenta fundamental para dividir os trabalhadores e aprofundar a exploração. Da mesma forma que ensinava que não existe libertação LGBTI+ pelo mercado, também combatia a ilusão de que negros e negras poderiam alcançar sua emancipação pela ascensão individual de uma pequena minoria.

Por isso, sua atuação política sempre buscou unir essas lutas. Sua militância ajudou gerações a compreender que a luta contra o racismo, a lgbtfobia e a exploração capitalista não são caminhos paralelos, mas frentes inseparáveis de uma mesma batalha.

EXPLORADOS E OPRIMIDOS DE TODO O MUNDO

Internacionalista por convicção

A contribuição de Wilson não se limitou ao Brasil. Como militante internacionalista da Liga Internacional

dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), sempre compreendeu que a luta das LGBTIs, da população negra e da classe trabalhadora não pode ser pensada dentro das fronteiras nacionais.

Wilson defendia que a opressão contra as LGBTIs e a população negra assume formas distintas em cada país, mas possui raízes comuns em um sistema capitalista que se apoia em diferentes mecanismos de exploração e opressão para manter seu domínio. Enfatizava que a solidariedade internacional não era apenas um princípio moral, mas uma necessidade política.

Sua atuação ajudou a construir uma visão internacionalista das lutas dos explorados e oprimidos, conectando as experiências de resistência das LGBTIs brasileiras, do movimento negro e da classe trabalhadora às batalhas travadas em todo o mundo.

Essa perspectiva internacionalista também atravessou sua elaboração teórica. Em seus escritos e em *O mito da democracia racial*, procurou demonstrar que a resistência negra não pertence apenas ao passado, mas constitui uma fonte viva de inspiração para as lutas do presente. Via em *Palmares* não apenas um capítulo da história brasileira, mas uma expressão universal da resistência dos oprimidos.

Uma das frases que sintetizam sua visão política permanece muito atual: “Faremos *Palmares* de novo”. Não como uma lembrança nostálgica do passado, mas como um chamado permanente à organização, à rebeldia e à luta.

Wilson acreditava profundamente em uma ideia que acompanhou toda sua trajetória política: a classe trabalhadora não tem pátria. Defendia que as LGBTIs da classe trabalhadora, os negros e negras e todos os setores oprimidos encontrariam sua maior força não em projetos de conciliação com o sistema, mas na unidade internacional dos explorados e oprimidos.

Fazer Palmares de novo é transformar memória em luta viva contra o sistema.

WILSON PRESENTE!

O legado de Wilson

Wilson ajudou a construir uma tradição política que recusa escolher entre a luta contra a opressão e a luta de classes. Para ele, ambas caminham juntas. Sua militância demonstrou que defender os direitos das LGBTIs exige enfrentar o capitalismo, assim como a luta contra o racismo e a luta pelo socialismo precisam incorporar, de forma consequente, o combate a todas as opressões.

Resgatar a trajetória de Wilson Honório é, portanto, resgatar uma parte importante da história da luta LGBTI, negra e socialista em nosso país. Uma história feita de organização, formação política, produção teórica, presença nas ruas, internacionalismo e compromisso revolucionário.

Wilson nos ensinou que, no nosso arco-íris, o vermelho é a cor mais quente. Mas nos ensinou também que nele está presente a história de

Palmares, das revoltas negras, das rebeliões contra a opressão e da resistência dos explorados em todo o mundo.

Sua vida foi dedicada a demonstrar que a luta das LGBTIs, da população negra e da classe trabalhadora possui um inimigo e um destino comuns. É esse legado que permanece vivo: a construção de uma sociedade socialista, internacionalista, sem racismo, sem lgbtfobia e sem qualquer forma de exploração e opressão. ■

Resgatar Wilson é reafirmar que a emancipação só virá quando raça, classe e diversidade marcharem juntas rumo ao socialismo.



ELEIÇÕES 2026 | HERTZ DIAS

Pré-campanha percorre três capitais defendendo programa socialista



**ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO**



Campanha pré-eleitoral em Teresina.

O pré-candidato do PSTU à Presidência da República, Hertz Dias, cumpriu uma intensa agenda política entre o fim de maio e a primeira quinzena de junho, passando por Teresina (PI), Manaus (AM) e Fortaleza (CE). As atividades reuniram trabalhadores, estudantes, artistas, movimentos sociais e militantes em torno da construção de uma alternativa socialista para enfrentar a crise econômica e social vivida pelo país.

TERESINA: LUTA POR DIREITOS TRABALHISTAS E MEMÓRIA CONTRA A DITADURA

Em Teresina, nos dias 27 e 28 de maio, Hertz participou de atividades em defesa dos direitos trabalhistas e da memória histórica. No dia 27,

esteve no ato realizado na Praça Rio Branco pelo fim da escala 6×1 e pela implementação da jornada 4×3 sem redução de salários e direitos. Ao longo do dia, concedeu entrevistas a emissoras de rádio e televisão, debatendo os impactos da precarização do trabalho, o aumento da exploração da classe trabalhadora e a necessidade de um programa socialista para responder aos problemas enfrentados pela maioria da população.

Na mesma noite, participou do lançamento da pré-candidatura de Geraldo Carvalho ao governo do Piauí, na sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (Adufpi). A atividade reuniu militantes, sindicalistas e apoiadores do PSTU.

Já na manhã do dia 28, visitou o chamado Porão da Ditadura, localizado no Centro de Artesanato Mestre Dezinho. Durante a atividade, defendeu a preservação do espaço como local de memória sobre os crimes da ditadura militar e manifestou apoio aos artesãos que lutam pela permanência na área.

MANAUS: DIÁLOGO COM A CULTURA PERIFÉRICA E LANÇAMENTO DAS PRÉ-CANDIDATURAS

A agenda seguiu para Manaus. No dia 29 de maio, Hertz participou do evento "Hip-Hop, Reparação e Revolução", promovido pelo Coletivo de Artistas Socialistas (CAS-AM), no Cine Guarany. A atividade reuniu representantes da cultura hip-hop da cidade, entre eles integrantes do Perifa Amazonas e o militante histórico do movimento Zulu, o DJ MC Fino.

Durante o debate, Hertz destacou a trajetória de resistência construída pelo hip-hop nas periferias brasileiras e a importância da organização popular na luta por transformação social. Também abordou temas como racismo, desigualdade social e a necessidade de uma saída construída pelos trabalhadores e pela juventude.

No dia 30, o PSTU Amazonas realizou o lançamento das pré-candidaturas de Gilberto Vasconcelos ao governo estadual, Juliana Frota à vice-governadora e Hertz Dias à presidência da República. O evento contou com a participação de representantes de organizações de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e apoiadores.



Campanha pré-eleitoral em Manaus.

FORTALEZA: UNIVERSIDADE, CONSTRUÇÃO CIVIL E DIÁLOGO COM OS TRABALHADORES

Em Fortaleza, entre os dias 11 e 13 de junho, a agenda esteve voltada ao diálogo direto com estudantes e trabalhadores. No dia 11, Hertz participou de panfletagens na Universidade Federal do Ceará (UFC), discutindo temas como educação pública, transporte e o fim da escala

6×1. A atividade também apresentou as pré-candidaturas do PSTU no Ceará e em nível nacional.

No dia 12, a mobilização ocorreu junto aos operários da construção civil, em canteiros de obras da capital cearense. Militantes e apoiadores distribuíram materiais da campanha e dialogaram sobre as condições de trabalho da categoria, convocando os trabalhadores para o lançamento das candidaturas do partido.

Encerrando a passagem pelo Ceará, Hertz concedeu entrevistas à imprensa local no dia 13, apresentando as propostas do PSTU para o estado e para o país. Entre os temas defendidos pelo pré-candidato estão o rompimento com as políticas de ajuste fiscal, a taxaço das grandes fortunas, a revogaço das reformas trabalhista e previdenciária e a ampliaço dos investimentos públicos em saúde, educaço, moradia e transporte.

As atividades fazem parte da pré-campanha nacional do PSTU para as eleiço de 2026, que busca apresentar uma alternativa independente dos governos e dos grandes capitalistas, apoiada na mobilizaço dos trabalhadores, da juventude e dos movimentos populares.■

Só a mobilizaço dos trabalhadores, da juventude e dos movimentos populares pode abrir caminho para uma alternativa socialista capaz de enfrentar a crise e transformar o Brasil.

Confira a agenda de Hertz Dias:

Recife (PE): 26 e 27 de junho

São José dos Campos (SP):
29 de junho

Entrevista ao Podcast Kritikê: 30 de junho

Salvador (BA): 1 e 2 de julho



Campanha pré-eleitoral em Fortaleza.